

REVISTA ELETRÔNICA

# DOCUMENTO MONUMENTO



ISSN: 2176-5804 - Vol. 37 - N. 1 - Dez/2024

Obras Raras  
HEMEROTECA DIGITAL  
ACERVOS Mato Grosso  
Equipe Profissional IGHD  
Preservação de Documentos  
História Regional identidade  
Acesso à Informação  
NDIHR UFMT  
Educação  
ELIZABETH MADUREIRA  
PROJETOS Fontes Históricas  
PESQUISA Acervo Fotográfico Ensino  
Revista Eletrônica memória  
PESSOAS  
Extensão



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE MATO GROSSO

INSTITUTO DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA E  
DOCUMENTAÇÃO - IGHD

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO  
E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL  
NDIHR

[www.ufmt.br/ndihr/revista](http://www.ufmt.br/ndihr/revista)



REDM  
ISSN: 2176-5804

## FRAÇÕES DAS PROBLEMÁTICAS AMBIENTAIS EM MATO GROSSO E A POLÍTICA INDIGENISTA NO VALE DO GUAPORÉ NO GOVERNO DE ANTÔNIO ROLIM DE MOURA (1752-1764)

**Loiva Canova**

Doutora em História pela UFPR

Professora do Departamento de História da UFMT/Cuiabá

loiva.canova@ufmt.br

### RESUMO

O objetivo deste artigo é dar visibilidade à política indigenista no Vale do Guaporé durante o governo de Antônio Rolim de Moura, entre os anos de 1752 e 1764, e apresentar alguns dados atuais sobre a questão ambiental em terras indígenas e no estado de Mato Grosso pesquisadas em matérias jornalísticas. Para tratar da política indigenista e da presença indígena em Vila Bela da Santíssima Trindade e no seu termo, o Mato Grosso, leu-se parte das fontes oficiais produzidas pelos agentes do governo português.

**Palavras-chave:** Mato Grosso. Antônio Rolim de Moura. Colonização.

### ABSTRACT

The objective of this article is to give visibility to the indigenist policy in the Vale do Guaporé during the rule of Antônio Rolim de Moura, between the years 1752 and 1764, and to present some current data on the environmental issue in indigenous lands and in the state of Mato Grosso researched in journalistic articles. To deal with the indigenist politic and the indigenous presence in Vila Bela da Santíssima Trindade and in its territory, the Mato Grosso, some of the official sources produced by the Portuguese government agents were read.

**Keywords:** Mato Grosso. Antônio Rolim de Moura. Colonization.

### APRESENTAÇÃO DA TEMÁTICA E AS PROBLEMÁTICAS AMBIENTAIS EM MATO GROSSO

Em Mato Grosso, terceiro maior estado em extensão territorial do Brasil, existem atualmente 42 etnias e uma população indígena de aproximadamente 52 mil pessoas. Assim como ocorre nacionalmente, a diversidade étnica e cultural no Mato Grosso não está circunscrita somente aos povos indígenas, pois há diversas comunidades tradicionais que igualmente apresentam maneiras próprias de ser e de viver. Há inúmeras comunidades quilombolas, ribeirinhas e pantaneiras coexistindo com outros grupos migratórios com especificidades culturais distintas. As comunidades tradicionais, sobretudo, estão assentadas em áreas de colonização setecentista, visto que o Mato

Grosso tem uma história oficial que remete ao período da colonização portuguesa, no início do século XVIII. De acordo com Carlos Alberto Rosa e Elizabeth Madureira Siqueira, a história de Mato Grosso resulta, portanto, de um processo histórico multiétnico, multicultural, intercontinental e de longuíssima duração, considerando que estudos científicos comprovam a presença humana nas terras, datada de mais de 27 mil anos em centenas de sítios arqueológicos espalhados pelo estado (Rosa, 2001; Siqueira, 2002).

Na atualidade, ainda, como em outros tempos, maiormente, os povos indígenas, assim como as demais comunidades tradicionais, enfrentam grandes ameaças à reprodução de suas práticas culturais. São duramente atingidos pela ação de empresários do agronegócio, por madeireiros, por garimpeiros, que lidam de forma gananciosa e fatídica à natureza e às populações que dela tiram sua sobrevivência. Nós, brasileiros, sabemos quantos crimes são cometidos pelos empresários do agronegócio, por políticos inescrupulosos que exploram a natureza, afetando assim toda a humanidade. A propagação dos crimes ambientais, os desmatamentos e as queimadas de todos os biomas causam gigantescas mudanças climáticas. O uso abusivo de agrotóxicos mata a biodiversidade, contamina as águas subterrâneas e causam doenças, como o câncer, aos consumidores dos alimentos produzidos nessas áreas. Muitos assassinatos de indígenas e de seus apoiadores têm ocorrido no Brasil, e a grande maioria desses crimes infelizmente segue impune (Cintra, 2022).

De acordo com Ailton Krenak (2020a), “o poder do capital entrou em um grau de acúmulo que não há mais separação entre gestão política e financeira do mundo”, e a natureza, segundo o que disse inadvertidamente o deputado estadual Amador Tut em entrevista para o documentário, “vai ter que conviver com o homem”, como se ela, a natureza, fosse agente histórico (BOCA-LIVRE, 2012). Desmatamento provocado por madeireiros, assoreamento de rios e contaminação da água pelo uso de mercúrio por garimpeiros, produção extensiva dos pecuaristas e fazendeiros, além de interesse na grilagem de terras e outras práticas ilícitas, que determinam o esbulho histórico e recorrente de partes dos territórios indígenas, são as causas da degradação da vida e dos ecossistemas do estado em questão. Práticas destrutivas do meio ambiente têm sido noticiadas em muitas plataformas digitais, dentre elas os documentários gravados e disponibilizados há décadas que podem ser acessados no canal do YouTube. Por exemplo, temos informações sobre o que foi feito pelos garimpeiros e pelos madeireiros na Terra Indígena Sararé, demarcada em 1980. Enquanto os garimpeiros invadiam o território indígena do Sararé, os madeireiros roubavam sistematicamente as reservas florestais do Vale do Guaporé. A madeira mais visada pelos ladrões na Terra Indígena foi o mogno. O mais significativo roubo de madeira, conforme relatado no documentário a partir de informações dos

técnicos da Funai, ocorreu em janeiro de 1990, e foi atribuído ao senhor Sebastião Bronsky Afonso, responsável por retirar da TI Sararé 7 mil metros cúbicos de mogno, o equivalente a 700 mil dólares na época (Boca-Livre, 2012).

Há também as ações legitimadas pelo Estado através da construção de usinas hidroelétricas e rodovias, que definiram novas geografias para os povos indígenas, porque, por causa delas, houve muitos e muitos crimes, incidindo na permanência física dos povos ancestrais. Para tais palavras, é importante conhecer as reflexões de Ailton Krenak:

Ao longo da história, os humanos, aliás, esse clube exclusivo da humanidade que está na declaração universal dos direitos humanos e nos protocolos das instituições, foram devastando tudo ao seu redor. É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade. Não são só os caiçaras, quilombolas e povos indígenas, mas toda vida que deliberadamente largamos à margem do caminho. E o caminho é o progresso: essa ideia prospectiva de que estamos indo para algum lugar. Há um horizonte, estamos indo para lá, e vamos largando no percurso tudo que não interessa, o que sobra, a sub-humanidade - alguns de nós fazemos parte dela (Krenak, 2020a, p. 7).

O estado de Mato Grosso é um dos maiores exportadores de grãos (principalmente milho e soja) e de carnes, o que vem comprometendo gravemente não só a diversidade étnica e cultural, mas também o modo de vida das comunidades tradicionais e o ecossistema do cerrado, da floresta amazônica e do pantanal, gravemente atingidos pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, pelo desmatamento, pelo fogo incontrolável e criminoso e pela falta de investimento dos governos em instituições e no setor pessoal que trabalham com o meio ambiente e demais causas da preservação ambiental. Por esses dias, infelizmente, lemos a notícia de que mais de 100 milhões de abelhas morreram em decorrência do uso de agrotóxicos nos municípios de Sinop e Sorriso (Jornal Hoje, 2023)<sup>1</sup>. São cidades localizadas em Mato Grosso, ricas em desenvolvimento econômico (do famigerado slogan divulgado pela rede Globo de televisão: o agro é pop, agro é tech, agro é tudo!) e largamente noticiadas pelo uso de venenos despejados de aviões pelos produtores de algodão e demais produtores agrícolas da soja e do milho.

Em Mato Grosso, é histórico o avanço do agronegócio sobre as terras indígenas e unidades de conservação, como também na destruição da biodiversidade. O uso descontrolado de agrotóxicos, por exemplo, gera vários problemas de saúde aos moradores das comunidades tradicionais e povos indígenas, assim como para não indígenas. Visto que o estado de Mato Grosso é um dos protagonistas

---

<sup>1</sup> Para mais informações sobre o assunto, ler as pesquisas desenvolvidas pelo médico Wanderlei Pignati, que comprovam as doenças causadas pelo uso de agrotóxicos (Fávaro, 2019).

mundiais do uso de agrotóxicos em lavouras de soja, milho e de outras culturas (Pignati, *et al.*, 2021). Para evocar uma memória absurdamente cruel do que se diz sobre a questão indígena e os seus territórios, lê-se o que aqui se apresenta. Há o que dizer quanto a alguns empresários, garimpeiros e pistoleiros de Mato Grosso que ganharam fama mundial:

[...] Em 1963, aconteceu aquilo que nem o bandido mais cruel de um filme de televisão poderia planejar: durante uma festa religiosa da tribo, os índios foram surpreendidos pela chegada de um avião que, em voo rasante, dinamitou toda a aldeia. Não se sabe ao certo quantos índios morreram naquele ataque, que ficou conhecido como o massacre do Paralelo Onze. Mas sabe-se que os seus autores foram garimpeiros e pistoleiros contratados por uma empresa, que pretendia explorar riquezas da região. E, além da dinamite e do tiroteio, os assassinos ainda jogaram na aldeia muitos pacotes de açúcar com arsênico (Carvalho; Ahouagi, 1987, p. 48).<sup>2</sup>

O episódio ficou conhecido como o Massacre do Paralelo 11, o mais truculento dos massacres contra indígenas nas matas da Amazônia brasileira. Foram mortos cerca de 3.500 Cinta Larga, envenenados por arsênico. O assassinato em massa dos Cinta Larga foi cometido por pistoleiros a mando de empresários, encobertos por funcionários do então Serviço de Proteção ao Índio (SPI), entre eles o major da Aeronáutica Luiz Vinhas Neves (Capozzoli, 2004).

No Massacre do Paralelo 11, como ficou conhecido um dos mais horrendos episódios de que se tem notícia até hoje no Brasil, incluiu roubo, estupro, grilagem, assassinato, suborno, tortura e outras agressões que chocaram o então ministro do Interior, general Albuquerque Lima, que mandou demitir um dos principais envolvidos no incidente, o então chefe do SPI, major Luiz Vinhas Neves, responsável pela chacina dos Cinta Larga. Com a ajuda de funcionários do SPI, fazendeiros deram aos indígenas alimentos misturados a arsênico. Em algumas aldeias, foram atirados de aviões muitos brinquedos contaminados com vírus da gripe, do sarampo e da varíola. O Massacre do Paralelo 11 foi um dos mais sangrentos confrontos acontecidos nas matas da Amazônia brasileira (Capozzoli, 2004).

A mando do seringalista Antônio Mascarenhas de Junqueira, os assassinos, liderados por Chico Luiz, invadiram a reserva indígena, armados de metralhadoras e winchester-44, uma arma potente, além de pistolas 38. “Os índios não tinham como se defender sob a fuzilaria deflagrada pelo disparo de Ataíde, mas o grupo só atravessou o rio quando se deu conta de que todos estavam mortos” (Capozzoli, 2004).

---

<sup>2</sup> Sobre a citação, deve-se substituir os termos “índios” por “indígenas” e “tribo” por “povo”. A obra foi trazida para o texto com o fim de mostrar ao leitor que a literatura foi destinada ao público infantojuvenil na década de 1980.

Esses e muitos outros crimes hediondos são históricos em Mato Grosso e no restante do país. Recentemente assistimos atônitos ao enredo trágico e assustador das denúncias jornalísticas sobre os Yanomami em Roraima. Mais crimes contextualizados contra os povos indígenas enredados em governos de caráter fascista que nada fizeram para defender a Amazônia e os povos que nela habitam. Segundo o jornal *O Globo*, no dito governo de Jair Messias Bolsonaro, as mortes de Yanomami por desnutrição cresceram 331% entre os anos de 2019 e 2022 (BBC News, 2023).

Claro está o que escreveu a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha: “A partir de meados do século XIX, com efeito a cobiça se desloca do trabalho para as terras. Um século mais tarde, deslocar-se-á novamente o solo, passando para o subsolo indígena” (Cunha, 1992, p. 16). É evidente que os indígenas que perderam a vida, que foram envenenados, que morreram por intoxicação são vítimas dos interessados nas riquezas minerais guardadas no subsolo de suas terras. De modo parecido também fizeram os dirigentes de Portugal na era da conquista colonial em Mato Grosso. Onde havia minério, fundava-se um povoado, interagindo, escravizando ou destruindo os povos que nele estavam. Um pouco desse enredo é apresentado por meio de leituras de fontes oficiais da conquista e da problematização das políticas indigenistas aplicadas naquele período pelos dirigentes da Coroa portuguesa nas terras de Mato Grosso, quando foi oficializada a criação da capitania em 1748.

Estudar a temática indígena em terras mato-grossenses é dar visibilidade a uma diversidade cultural construída há milhares de anos. Uma questão que toda a humanidade precisa entender é que a terra é tudo para os povos indígenas. Ela é fonte de alimentos, espaço de experiência milenar e de organização social, cultural e cosmológica. Cada montanha, cada cachoeira, cada rio, cada ecossistema tem valor e é carregado de significados, frequentemente sagrados. Portanto, preservar e demarcar os territórios indígenas é sobretudo reconhecer oficialmente que os indígenas têm direito à vida e à sua cosmologia, que é um direito histórico e milenar a ser defendido e reconhecido pelo estado brasileiro em obediência à constituição (Rompimento, 2015; Ashaninka, 2023). Para explicitar mais enredo na importância da questão ambiental, trago as palavras de Ailton Krenak:

Quando falo de humanidade não estou falando só do *Homo sapiens*, me refiro a uma imensidão de seres que nós excluímos desde sempre: caçamos baleia, tiramos barbatana de tubarão, matamos leão e o penduramos na parede para mostrar que somos mais bravos que ele. Além da matança de todos os outros humanos que a gente achou que não tinham nada, que estavam aí só para nos suprir com roupa, comida, abrigo. Somos a praga do planeta, uma espécie de ameba gigante. Ao longo da história, os humanos, aliás, esse clube exclusivo da humanidade – que está na declaração universal dos direitos humanos e nos protocolos das instituições –, foram devastando tudo ao seu redor. É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade (Krenak, 2020a, p. 7).

Tratando-se dessa humanidade que exclui outras, após o início da expansão e invasão dos territórios indígenas, muito se tem pesquisado com o fito de apresentar a atuação dos conquistadores. Disso posto, é fundamental insistir na importância de tratar da diversidade cultural construída há 27 mil anos, na parte mais central da América do Sul e na região mais oeste da conquista, que próximo dos 300 anos da atuação do império português na fronteira sincretiza europeus e seus descendentes, africanos e indígenas e se consolida ao longo do processo da colonização a identidade da sociedade mato-grossense (Rosa, 2001, p. 1-27).

A intenção neste texto, portanto, é reforçar estudos sobre a importância histórica e milenar dos povos indígenas na capitania de Mato Grosso. Não é exagero insistir que os povos indígenas do nosso país foram partícipes da construção da nação brasileira e continuam protagonizando a riqueza da sua diversidade em aspectos sociais, culturais, políticos, educacionais, filosóficos e ambientais. Consiste em entender que o nosso país resulta da ocupação milenar dos povos ancestrais, pois os indígenas habitavam e lutam incessantemente pelos direitos históricos do reconhecimento de seus territórios, muito antes da colonização europeia. Militar sobre essas questões, sobre a existência de milhares de povos, na América do Sul, antes da conquista, torna-se um dever de cidadãs e cidadãos, com o compromisso com as questões humanitárias e ambientais.

Destarte, o intento deste artigo é também o de apresentar a importância da atuação dos indígenas no processo histórico da colonização em Mato Grosso. O sentido político é reforçar e continuar informando a sociedade sobre a contribuição histórica desses povos e o respeito que merecem nas relações estatais e privadas, muitas vezes estabelecidas de forma autoritária. Maiormente, aviltante dos direitos à vida de povos que construíram patrimônios culturais à nação e, em particular, ao Estado de Mato Grosso.

O conceito desenvolvido de memória subterrânea de Michael Pollak, a fim de versar o silenciamento do genocídio registrado em diferentes períodos da história do Brasil contra os povos indígenas, serviu-nos para a problematização dos argumentos postos no artigo, principalmente porque reverbera em ações de políticas de exclusão em nossos tempos. Ao buscar a história dos indígenas no período colonial, observamos a violência e a negligência das instituições religiosas e do Estado português contra os senhores das terras ancestrais, com um apagamento recente dessa memória. Logo, a História oficial do Brasil que congela memória do indígena num passado distante e o apaga baseada na ideia de assimilação e mestiçagem é posta em negação. De acordo com Michael Pollak (1989, p. 3), memória é fruto de construção social e individual. Baseando-se no conceito de “memória coletiva” de Maurice

Halbwachs, o autor argumenta que esse tipo de memória é seletivo, por isso passível de alteração, tendo como propósito a coesão social de um grupo ou país. Recentemente, foi noticiado que, no estado de São Paulo, uma estação de metrô na capital tinha a promessa de receber o nome de Paulo Freire, o maior educador e o intelectual mais reconhecido da Pedagogia revolucionária do país e do mundo, mas logo foi anunciado que o nome da estação seria Fernão Dias, um sertanista do século XVI que está registrado nos anais da história como um truculento especialista na caça humana, da “sub-humanidade”, como diz Ailton Krenak, os indígenas (Justiça, 2023).

Nada de novo no enredo de um estado administrado pelos protagonistas da extrema direita, que enreda a memória de figurantes do bandeirismo, a fim de coalizar as forças do patriotismo de caráter fascista e antidemocrático. É sobre isso que o texto de Pollak versa. Não nos esqueçamos dos cruéis assuntos do passado humano, que tem o ensejo de reavivar as memórias dos feitos da devassa sangüinária provocada no passado e perpetuada por alguns gestores do estado brasileiro.

Ainda, é fundamental pensar no conjunto das representações construídas sobre os povos indígenas. Para tal, usou-se no texto os conceitos de Roger Chartier (1990), que singulariza em sua obra *A história cultural: entre práticas e representações*, apontamentos acerca das construções e referências à categorização dada aos povos indígenas, e entende-se a dinâmica do real arquitetada por um grupo dominante, capaz de tornar seus discursos e suas práticas sociais, e com elas transformar a realidade histórica.

Através das narrativas oficiais lidas em um conjunto de fontes, é possível comprovar que o grupo dominante dos colonizadores se apropriou do poder de coagir, estabelecendo domínio sobre os povos indígenas, e promoveu a adequação de seu modo de viver, inserindo-os numa nova relação político-social. As imagens sobre os indígenas foram construídas nas correspondências oficiais, e os governantes, no desempenho do poder político, tratavam de escrever os acontecimentos de seus espaços administrativos com evidências das estratégias de atuação do poder reverberando em ordens e decisões.

O texto está dividido em partes sequenciadas, assim dispostas. Na primeira parte, “*Um panorama histórico de Vila Bela da Santíssima Trindade*”, o assunto versa brevemente sobre a história da região, com a consulta de obras amplamente divulgadas e conhecidas na produção historiográfica das academias mato-grossenses. O segundo item, intitulado “*Fragments da política indigenista no Vale do Guaporé no governo de Antônio Rolim de Moura*”, trata da questão indígena e informa brevemente sobre algumas ações do governador em relação aos indígenas no Guaporé com o intuito de dar visibilidade ao trabalho que ali desempenharam em meados do século XVIII. Há uma

breve conclusão para fechar algumas ideias transitórias e uma lista de fontes dispostas no fim do texto, como deve ser.

A maioria dos autores e autoras representa a produção de profissionais do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso, que construiu suas pesquisas sobre o recorte espacial, o Mato Grosso, no tempo histórico do período colonial, e a temática indígena é o assunto de maior relevância desse texto.

## UM PANORAMA HISTÓRICO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

A primeira capital da capitania de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade, é uma espacialidade da conquista que resultou das ações expansionistas de sertanistas, de mineradores e demais interessados na busca por riquezas. A conquista se dava pelo interesse nas aventuras pelo sertão, partindo de São Paulo, em ações de invasão dos territórios indígenas. Almejavam o sequestro dos povos nativos, para venda e uso da mão de obra escravizada em diferentes setores produtivos, serviços e finalidades institucionais. Assim feito, estendiam a conquista para longínquas terras, incentivando progressivamente a busca pela mão de obra indígena na conquista e na colonização na fronteira Oeste das terras sul-americanas do período setecentista. Para exemplificar o enredo, lê-se no excerto oficial:

Com aquele empenho com que os naturais da serra acima, chamados de paulistas, por ter a sua capital de São Paulo, costumavam curvar os sertões à conquista dos gentios, de cujo serviço tinham ainda mais ambição do que do outro, por cujo respeito se foram descobrindo e habitando os sertões interiores deste Brasil, e daí se seguiram os descobrimentos das minas. Saiu da Vila do Cuiabá Fernando Paes de Barros, com seu irmão Artur Pias, naturais de Sorocaba e, sendo o gentio Pareci naquele tempo o mais procurado e já quase extinto, depois de conquistarem alguns nas suas vastas campanhas, [...] arrancharam-se em um ribeirão que deságua no rio Galera – o qual corre da nascente buscar o rio Guaporé – [...]. Fazendo experiência de ouro, tiraram nela três quartos de uma oitava, na era de 1734 (Amado; Anzai, 2006, p. 39).

Após os achados auríferos na fronteira oeste, nas proximidades do Rio Guaporé e de seus afluentes, o Sararé e o Galera, e de muitos povoados fundados por mineradores e outros interessados na extração mineral, Vila Bela da Santíssima Trindade foi criada em 1752, portanto completou, em 2023, 271 anos, devidamente registrados nas fontes oficiais da conquista portuguesa nas terras de Mato Grosso. É um marco da efeméride da colonização dos portugueses do período da história colonial. Sua trajetória está registrada ainda nos tempos das viagens monçoeiras, do sonho do ouro e

da caça aos indígenas, cuja mão de obra muito serviu à agricultura em terras mato-grossenses e em outras capitanias, a exemplo a de São Paulo.

Em meados do século XVIII, Portugal preocupava-se com a manutenção das zonas auríferas coloniais para equilibrar a economia frente às demais nações europeias. O desmembramento da capitania de Mato Grosso e Cuiabá da de São Paulo ocorreu em 1748, após o avanço dos sertanistas e monçoeiros impulsionados pela procura de indígenas para escravizar e de ouro para enriquecer nas minas do Cuiabá e posteriormente no vale do Guaporé, ou nas minas do Mato Grosso, lá formando os primeiros núcleos populacionais com a presença dos povos indígenas e dos não indígenas.

A história da administração na região também marcada pela vinda do Governador Antônio Rolim de Moura na Capitania de Mato Grosso se deu entre os anos de 1751 e 1764. Em sua gestão, ele foi responsável por principiar a administração na fronteira, que precisava ser definida, pois disputavam com os espanhóis as terras conquistadas. A região do Mato Grosso, conhecida pelos colonizadores desde o início dos anos trinta do setecentos, no vale do Guaporé, constituiu uma nova frente de colonização, que determinou uma política de ocupação portuguesa na bacia daquele rio. Na margem direita do rio, em 1752, Antônio Rolim de Moura fundou, em 19 de março, dia do patriarca São José, a capital de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade. Essas terras integrariam um espaço ainda indefinido, entre as possessões espanholas e lusitanas na América, o que levou o Conselho Ultramarino português a tornar a Capitania de Mato Grosso o antemural da colônia (Volpato, 1987, p. 34-41).

Antônio Rolim de Moura foi um dos responsáveis pela demarcação da fronteira amazônica, estimulou a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e foi um dos executores das políticas que redesenharam a fronteira Oeste da Amazônia. É nesse contexto de enfrentamento como administrador de extensa área do Extremo-Oeste<sup>3</sup> colonial e chefe da comissão portuguesa de limites com os territórios espanhóis que Antônio Rolim de Moura governou a recém-criada capitania de Mato Grosso. Foi cuidadosamente escolhido pelo rei de Portugal para governar parte da unidade administrativa do império português no ultramar. Nas leituras historiográficas locais foi considerado um homem culto, gozando de prestígio junto à administração portuguesa pelos laços de parentesco com a casa de Bragança, serviu com presteza às ordens da rainha de Portugal, em margens

---

<sup>3</sup> Por Extremo-Oeste entendemos a região mais ocidental do Estado do Brasil, em meados do século XVIII, isto é, aquele espaço geográfico do Oeste compreendido pela Capitania Geral de Cuiabá e Mato Grosso, de limites mal definidos à época. Era a região delimitada pelos rios Madeira, Guaporé, Paraguai e afluentes contravertentes deste e do Rio Grande (Paraná), até o Grande Salto (Sete Quedas). O Rio Paraná era o divisor da nova Capitania de São Paulo, enquanto outro Rio Grande (Araguaia) separaria as Capitanias de Goiás e Mato Grosso, caso fossem confirmadas as circunscrições administrativas. Para mais informações, conferir: CANAVARROS, 2004, p. 13.

*bastantemente dilatada* do império português. Foi governador da Bahia e também segundo vice-rei do Brasil, residindo no Rio de Janeiro por alguns anos. Depois de permanecer no Brasil por mais de duas décadas, retorna a Portugal e lá falece, em 8 de dezembro de 1782 (Moura, 1982; Canova, 2011).<sup>4</sup>

De acordo com Ana Mesquita Martins Paiva, a descoberta de minério em áreas limítrofes com a América Espanhola exigiu de Portugal e de seus representantes governamentais ações políticas no sentido de garantir as posses das terras a serem conquistadas, o que explica o interesse dos portugueses em fomentar o ingresso de pessoas no noroeste da capitania, “por meio da instalação de efetivo povoamento, montagem de contingente militar e viabilização de condições para o desenvolvimento comercial”. Paralelamente ao avanço português para a região do Guaporé, os espanhóis se deslocavam para o oriente. Concomitantemente ocorria no sentido sul/norte a ocupação do poderio jesuíta, que formava um cordão de forças entre as Américas Luso-Espanholas (Paiva, 1982, p. 10).

Antônio Rolim de Moura, governador nomeado pelo rei de Portugal para assumir a governança da capitania de Mato Grosso, com experiência militar nas terras de Portugal, deveria usar de tática e perspicácia no confronto com os vizinhos castelhanos e estimular a política de povoamento nos circuitos das aldeias missionárias espanholas, com o intento de garantir a posse das terras para os lusos pelo lado ocidental.

De sua parte, o governador desempenhou a tarefa de remeter a Portugal informações sobre o território que administrava, mostrando as potencialidades econômicas dos recursos naturais, e estabeleceu um inventário das informações do novo domínio ultramarino. Nesse conjunto de elementos, havia aquelas que garantiam a sua projeção, enquanto executor do plano político de conquista ultramarina, com o caráter de fazer-se um destacado e “virtuoso” governador do Império. Além dessas tantas demandas, de pôr em execução as diretrizes políticas que foram designadas pela rainha de Portugal, Dona Mariana d’Áustria, foi responsável por articular a política indigenista em terras mato-grossenses. Dentre essas políticas estava a fundação de missões jesuíticas, a política de proteção aos indígenas considerados mansos, a política de repressão aos povos tidos como resistentes à “civilização”, a política populacional que também teve nos indígenas o alvo de intenções de torná-los “guardiões da fronteira”, ou “muralhas dos sertões” e trabalhadores do sistema produtivo, que os fez vítimas de milhares de vidas, dentre outras políticas, que estão expostas no texto (Silva, 1995, p. 21-30; Meireles, 1989; Canova, 2011, p. 188-204 ).

---

<sup>4</sup> Para mais estudos sobre a história de Antônio Rolim de Moura e a sua administração, ver CANAVARROS, 2004; FERREIRA, 2021.

## FRAGMENTOS DA POLÍTICA INDIGENISTA NO VALE DO GUAPORÉ NO GOVERNO DE ANTÔNIO ROLIM DE MOURA

A política indigenista acionada pelos colonos vem sendo praticada antes da criação da capitania de Mato Grosso, datada de 1748. Certamente ganhou força e maior consistência no decorrer dos anos 1730, em especial a partir de 1734, após a descoberta do ouro na região do Guaporé, acontecimento fundamental para definir a política da Coroa portuguesa no que tange às estratégias para ampliar e garantir suas possessões nas terras espanholas.

Nas terras que medeiam entre o Cuiabá e o Mato Grosso se encontrou há alguns anos a nação dos índios Parecis, mui próprios para domesticar-se, com muitos princípios de civilidade e outras nações de que se poderiam ter formado aldeias numerosas e úteis, e com sumo desprazer soube, que os sertanejos do Cuiabá não só lhes destruíram as povoações, mas que totalmente têm dissipado os meus índios com tratamentos indignos de se praticarem por homens cristãos. Por serviço de Deus e meu e por obrigação da humanidade deveis pôr o maior cuidado em que se tornem a cometer semelhantes desordens castigando severamente aos autores d'elas, encarregando aos ministros que pela sua parte emendem e reprimam rigorosamente tudo o que n'este particular se houver feito ou ao diante se fizer contra repetidas ordens que têm emanado n'esta matéria (Moura, 1982, p. 133).

A política indigenista, nesse caso, alçou interesse em tornar os indígenas escravos do sistema produtivo. Os indígenas foram tidos como aliados dos colonizadores, foram convertidos ao evangelho cristão e levados à civilização, muitos vivendo sob si. Em Mato Grosso, os Pareci foram alvo de caçadores de mão de obra para servirem como escravos na produção agrícola do termo do Cuiabá e de São Paulo.

Uma fonte lida na tese do historiador Otávio Canavarros registra que um padre de nome Lourenço de Toledo Taques, “presbytero do habito de São Pedro”, com cargo mor na cidade de São Paulo, veio das minas do Cuiabá em 1730 e, depois de “haver acabado o tempo das provisoens [...], conduziu em sua companhia quatro pessoas do gentio Parecis”, quatro meninas, chamadas *Quitéria*, *Paschoa*, *Escholastica* e *Ludovico*, todas com menos de doze anos. Sentindo-se “penalizado”, o padre resgatou-as na praça da Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá a troco de ouro e por serviço de capela de missas. Depois de vê-las no comércio de indígenas em Cuiabá, o padre comprou-as, e, dizendo-se condoído, trouxe-as ao grêmio da igreja e se fez seu instrutor na fé “[...] que presentemente se achão para as batizar, por se acharem admiravelmente instruídas na fé e capazes de sacramento comprá-las” (Canavarros, 2004, p. 79).

Maria de Lourdes Bandeira afirma que esses sertanistas de notável crueldade e violência, competentes na invasão e destruição de aldeias, acumulavam dados e informações que lhes permitiam classificar os povos indígenas de acordo com suas condições de resistência, avaliar os efetivos populacionais para cálculo de lucros e traçar planos eficientes de assalto e captura. Eram especialistas que trabalharam em busca das riquezas do sertão, deixando rastros de sangue por onde passavam, dada a ação violenta que praticavam contra os indígenas, os quais escravizavam e vendiam em praças públicas, a exemplo de Cuiabá e de São Paulo, onde posteriormente trabalhariam na produção agrícola (Bandeira, 1988, p. 81). Abaixo a narrativa oficial confere que:

Continuandose neste anno do Gentio Paresi de onde eraó trazidos muitos indivíduos desta nascam que como escravos se vendiaó: chegaraó a esta vila vindos do dito sertão o Licenciado Pais de Barros seo Irmaó Artur Pais, seus sobrinhos João Martins Claro e José Pinheiro todos naturais da vila de Sorocaba e apresentaraó hum cruzado de ouro e amostra das minas de Mato grosso Lavado com hum prato de estanho no lugar adonde se acha a capela de Santa Anna (Sá, 1975, p. 24).

Referências a respeito dos assuntos postos acima são recorrentes nas fontes, especialmente dos conteúdos da escravidão, dos assaltos, das mortes provocadas por epidemias e das violências contra os indígenas. A dubiedade, a hipocrisia, a oscilação em relação à política indigenista do período são os adjetivos empregados pelos estudiosos a respeito das ações da política da Coroa portuguesa em relação aos povos ancestrais (Perrone-Moisés, 1992, p. 115). A política de proteção aos indígenas considerados mansos e dóceis foi necessária para o governo português, e assim que Antônio Rolim de Moura inicia sua administração, tem por intuito “proteger” um dos grupos mais atingidos pelas ações de apresamento e posterior escravização, levadas a cabo pelos colonos. Pois que a rainha de Portugal, Dona Mariana d’Áustria, entre muitas diretrizes políticas para executar em Mato Grosso, ordenou a fundação de aldeia jesuítica para os indígenas tidos como mansos. A política de “proteção” pretendia fazê-los guardiões das terras conquistadas, obedecendo a uma das mais importantes estratégias políticas, a política de povoamento:

E como chegamos a este ponto, e me consta o zelo com que Vossa Excelência protege estes miseráveis tão perseguidos de todos, me é preciso dizer a Vossa Excelência que em várias ocasiões têm sido vendidos em praça pública. E ainda que pouco tempo há examinando essa matéria, declarei a maior parte por livres, sempre me ficou a respeito de alguns bastante dúvida por me apresentarem uns papelinhos a que chamam registros, e que eu verdadeiramente ignoro a fé que têm, e as circunstâncias em que a merecem principalmente ouvindo agora a João Moura, que somente o Gentio Mura é nessa capitania reputado por cativo. Pelo que desejo que Vossa Excelência me diga os que hei de ter nesta comboeira poder resolver-me sempre com segurança nesta matéria. Daqui também farão a mesma diligência de introduzir nesta capitania por cativos os que puderem. Porém é certo que nestas só o estão declarados

por Sua Majestade o Caiapó, e Paiaguá, mas destes em todo o meu Distrito são raríssimos, e nessas minas me não consta haja alguns, nem que para baixo tenham rodado (Carta, 30 de janeiro de 1754, 1982, p. 123).

A política indigenista, no que seguiu, parte da exigência dos homens da colônia em declarar os indígenas que estavam sob o poder dos escravagistas e conceder a licença para sertanistas sequestrarem os indígenas em suas aldeias, ou em seus territórios, vive-se no período colonial “um caldeirão de interesses” (Perrone-Moisés, 1992, p. 115-132). Vê-se que o governador, por vezes, atendia às orientações da rainha de Portugal, o de proteger os indígenas considerados mansos dos interessados em seu comércio, e por vezes atendia à demanda dos seus pares, como conferem as ações determinadas abaixo:

E para evitar do modo possível os diferentes caminhos, que buscam para contraírem as repetidas ordens, que há a este respeito, não deixo de cá sair pessoa alguma sem que me declare assim os escravos, como os índios, que leva em sua companhia, para que pelo mesmo despacho se conheça o que lhe permito, e assim todo aquele que for achado sem o dito despacho, ou com mais, ou menos índios do que dele consta, me fará Vossa Excelência grande favor se proceder contra ele. E lá se acha um Bento Oliveira com bastantes que daqui levou, enganando-se para isso, que não sei se a esta hora terá traçado a maior parte por fazenda, sendo eles dos que estavam determinados para uma aldeia, que já tem o seu princípio. A respeito dos que lá vierem sem a permissão de Vossa Excelência me dirá como quer que eu me haja (Carta, 30 de janeiro de 1754, 1982, p. 123).

No governo de Antônio Rolim de Moura a questão do povoamento no Guaporé necessitava de investimentos e de políticas populacionais. Parte da política de povoamento com o intuito de assegurar as especializações da conquista foi a utilização da população indígena que deveria ser trazida para a “civilização” por meio de atrativos, oferecendo-lhes quinquilharias e ferramentas. Soma-se a esse contexto as investidas do governador em desenvolver políticas de casamentos entre as diferentes etnias. Para tais políticas e incentivos populacionais, deveria descender de indígenas com os negros e os brancos, novos sujeitos capazes de ações condizentes à “civilização”. Assim se tornariam “menos inúteis à República” (Canova, 2011; Rosa, 2001).

A leitura das fontes oficiais da conquista, no caso de Mato Grosso, faz emergir imagens significativas dos indígenas, “puros” não serviam para nada, e sugeria que os indígenas deveriam misturar-se aos pretos e mais pessoas de cor branca, para que os filhos viessem a servir aos objetivos dos portugueses, que eram o de guarnecer a fronteira, trabalhar como soldados, como remadores, como roceiros e outros afazeres:

Em quanto a aumentar esta vila com índios, na vizinhança dela, e daqui até o Cuiabá, já não há mais do que uns restos muito diminutos das aldeias, que os sertanistas

assolaram, e extinguíram antigamente, e sobre os que ainda existem rio abaixo exponho a Vossa Excelência em uma conta, qual seja a minha tenção. Mas senhor os índios puros só por si não são capazes de fazer povoação; porque é uma gente sem dependências, sem paixões, sem ambição, e sem discurso, e assim não há neles por onde possa ligar-se a sociedade civil, de sorte que só misturando-se com negros, ou com brancos, é que os filhos destes casamentos saem já menos inúteis a República. Também posso segurar a Vossa Excelência que a simples persuasão é um meio bem débil para os reduzir, se a esta se não ajunta algum temor, ao que de ordinário somente se sujeitam. Porém sem o socorro dos índios se tem esta Vila ido sempre adiantando (Carta, 14 de junho de 1756, 1982, p. 31-32).

Para além das diretrizes políticas sugeridas pelo governador de casamentos interétnicos, Antônio Rolim de Moura recebeu incumbência da rainha de Portugal de fundar missões (Instrução Real, 19 de janeiro de 1749). Por esse motivo, descreve a existência de muitos indígenas aptos para a política de aldeamento e as relações estabelecidas entre os interessados na margem oeste da conquista, no Vale do Guaporé. Porém, suas informações indicam as dificuldades do crescimento populacional nas aldeias em razão das epidemias, que vitimaram milhões de indígenas em toda a América.

A aldeia de São José, localizada nas proximidades de Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira a ser fundada naquela região, foi mais uma das ações do governo com o intuito de assegurar as terras em área de mineração e ter os indígenas como sujeitos das ações missionárias, práticas e ações de religiosos que antecedem a política do “Directório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Magestade não mandar o contrário”. Nas palavras de Rita Heloísa de Almeida, o Directório significa “um documento jurídico que regulamentou as ações colonizadoras dirigidas aos indígenas, entre os anos de 1757 e 1798 [...], um instrumento jurídico criado para viabilizar a implantação de um projeto de civilização dos índios na Amazônia” (Almeida, 1997, p. 14-15).

Somente de gente é que se aumentava pouco, em razão das epidemias que quase todos os anos há pelo tempo das águas, das quais houve ano que morreram mais de 90 dentro de 3 meses, o que tem feito que a gente seja ainda pouca nela, sem embargo de se lhe haverem metido algumas 600 almas desde que começou. Fácil seria continuar a recrutá-la porque antes que o dito Padre se retirasse para cá, se havia descoberto por sua via, e tomado conhecimento e amizade com umas poucas de nações novas de muitos milhares de almas. Porém, como a experiência tem mostrado, que a maior parte que se tiram das suas terras, cá para a borda de Rio morrem dentro de pouco tempo por causa das epidemias [...] pujança (Cópia da Carta, 27 de março de 1759).

A política do aldeamento foi uma das ações do governador empreendida para fomentar o contato entre os colonizadores e os povos indígenas. O aldeamento foi a realização do projeto de

colonial, pois “garantia a conversão, a ocupação do território, sua defesa e uma constante mão de obra para o desenvolvimento da colônia” e oferta de mão-de-obra para diversos serviços (Perrone-Moisés, 1992, p. 120). Para cumprir tal finalidade, foi fundada em 1754 a Aldeia de São José, depois Leomil, em 1769, mas teve vida mais ou menos curta. Ao que tudo indica, o período áureo dessa povoação foi durante a administração do padre jesuíta Agostinho Lourenço, que saiu de Portugal junto com Antônio Rolim de Moura, quando o governador foi nomeado para administrar a capitania de Mato Grosso, aliás, não apenas ele saiu de Portugal em expedição para o Brasil, o padre Estevão de Castro também acompanhou sua vinda junto com mais de 180 homens. Era um exército de homens comprometidos com o reconhecimento da nova capitania e na atuação junto aos indígenas. Na expedição monçoeira vinda do Sul para a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, os dois jesuítas o seguiram. O padre Estevão de Castro se dirigiu à missão de Santana, fundada por Rolim de Moura no ano de 1752, para aldear indígenas do distrito do Cuiabá. O outro, Padre Agostinho Lourenço, seguiu para o Guaporé, para lá instituir outra missão, a de São José. Quando da sua expulsão, em 1759, “se achava a mesma aldeia com engenhos de moer cana, teares de tecer algodão, muita planta e criação e um total de 30 cabeças de gado”. Daquela data em diante, o aldeamento foi definhando e perdendo sua pujança (Cópia da Carta, 27 de março de 1759).<sup>5</sup>

Ao analisar o incentivo e instruções do secretário da Marinha e Ultramar destinadas ao governador, entende-se que, para aldearem indígenas na capitania, os sacerdotes deveriam usar de persuasão para que aqueles bem servissem à política da fronteira e aprendessem a falar o português. Aprender a falar a língua portuguesa representava maior segurança das terras em conquista e uma futura política da vassalidade, posta nas leis do *Directorio*, a fim de fazerem dos indígenas “trabalhadores úteis” e fiéis vassalos da Coroa.

Para a construção das relações econômicas portuguesas estabelecidas na região, os indígenas foram incorporados como mão de obra, inseridos em atividades econômicas vitais à exploração e defesa das terras coloniais. A prova disso estava na composição étnica das guarnições de soldados pedestres da fronteira. O governador explica como era composta essa microssociedade, na qual também se incluiu indígenas considerados hábeis à guerra; pois que assim os Bororo também foram requisitados. Importantes agentes nos trabalhos de defesa da região do Guaporé, envolvidos nos conflitos com os padres espanhóis, os servidores lutaram pelos interesses lusos, por terra e por água.

Os princípios legislativos “em favor dos indígenas” acentuavam os objetivos dos agentes coloniais, facilitando a inserção indígena no mundo dos supostamente “civilizados”. No Termo do

---

<sup>5</sup> Para mais informações, ler LUCIDIO, 2004; CANOVA, 2012.

Mato Grosso, havia indígenas que eram donos de si, possuidores de escravo e venda. Há também reconhecimento de “atributos” indígenas; quando Rolim de Moura exemplifica algumas inclusões de indígenas na burocracia e no comércio colonial, alguns não eram tão inúteis, desprovidos de paixões e, ao que sugere, incompetentes à “República”:

Nestas minas [Mato Grosso] se acha um índio Pareci casado, que vive sobre si com roça, e criações, sem ter, nem necessitar de administração de ninguém. No Cuiabá também há outro, que não só vive sobre si, mas tem um escravo seu em uma venda por sua conta. E o Padre Agostinho Lourenço me contou, que não sei, que Padre Espanhol lhe segurara, que no Peru havia um letrado com escritório público, que era índio puro. Pelo que se me não oferece dúvida que Vossa Excelência vença a dificuldade de os reduzir a viverem como homens racionais, principalmente aplicando-lhe os meios aptos para esse fim com tanta descrição, e atividade, e zelo (Carta, 14 de dezembro de 1758, 1982, p. 203).

Conforme aponta Jovam Vilela da Silva, na “segunda metade do século XVIII, no governo de D. José I, a mestiçagem foi incentivada por intermédio de casamentos interétnicos e que a edição do Directorio regulamentou juridicamente” (Silva, 1995, p. 166). Como também a Lei concedia ao indígena um tratamento específico, visando preparar trabalhadores que estivessem a serviço da Coroa, povoando e protegendo as terras da fronteira. Segundo Alessandra Resende Dias Blau, “houve um grande incentivo, a partir da segunda metade do século XVIII, aos casamentos mistos, e eram premiados com doações diversas, como armas e dinheiro, os soldados que se casassem com índias”, com a finalidade de torná-los guardiães da fronteira (Blau, 2007, p. 16).

É importante frisar, no entanto, que a política do *Directório* não provocou transformações radicais no que diz respeito ao apresamento e escravização dos indígenas. Como afirma Rita Heloísa de Almeida, embora essa política tenha regulamentado “as condições em que se fazia legítima a liberdade dos indígenas, ainda deu margem à continuidade de certas práticas de escravidão”, como mencionado anteriormente. A autora acrescenta ainda que, “aparentemente, este regimento suscita rupturas, mas [...] continua e consolida as ações colonizadoras anteriores” (Almeida, 1997, p. 15).

As nações indígenas representavam também a própria continuidade do projeto colonial na fronteira oeste da colônia portuguesa. Para a região de Mato Grosso, se não fossem os indígenas, certamente a população que vinha de outros lugares não teria sobrevivido devido às inúmeras dificuldades advindas do processo de expansão pelo cerrado, pelo pantanal e pela floresta amazônica. Tal dependência se manifestava de diversas formas, dentre as quais se destacavam aquelas pertencentes ao universo do trabalho. Compunha a força de trabalho empregada em atividades vitais para o sucesso da colonização: os indígenas remavam, pegavam em armas e formaram milícias; no caso dos Bororo, serviam como guardiões na fronteira e de guias para o reconhecimento do território.

A política era de aliança com os povos indígenas. Produziam alimentos em pontos estratégicos, lugares por onde passavam comerciantes e autoridades coloniais. Os colonos também se apropriaram dos seus saberes e técnicas constitutivos do universo cultural indígena. Atentamente, pesquisas apresentam muitas facetas da diversidade de saberes de que os conquistadores foram se apropriando dos indígenas. Nesse sentido, relações de reciprocidades entre os povos indígenas e os colonos foram fundamentais para a implantação e execução da expansão portuguesa em Mato Grosso; agregaram as relações de parcerias, produção e convivência, e para aqueles inimigos, a política foi de guerra justa, tão bem expressa com os Paiaguá na bacia do Rio Paraguai e os Mura na bacia Amazônica.

Para fechar mais um dos assuntos postos no decorrer dessas linhas, deixamos a fala de Ailton Krenak, que desde os anos 70 do século passado tem sido incansável na luta pela vida dos povos indígenas e pela mãe terra:

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade e nos alienamos desse organismo de que somos parte, a Terra, passando a pensar que ele é uma coisa e nós outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo que exista algo que não seja a natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo o que eu consigo pensar é natureza (Krenak, 2020b, p. 8).

A mensagem apresenta o ativismo das lideranças. Muitas lideranças indígenas do Brasil, a exemplo que ali temos, Raoni Metuktire, Ailton Krenak, Davi Kopenawa Yanomami, Sonia Guajajara, Daniel Munduruku, para dizer alguns nomes, têm sido ativistas e pensadores sobre o futuro funesto do nosso planeta, problemáticas apontadas na parte introdutória do texto. Para mais, é necessário perseverar que as políticas dos colonizadores não estão engessadas em um passado secular, continuam invadindo e destruindo parte da humanidade, e uma delas é a indígena. A invasão dos seus territórios e a exploração das riquezas minerais e vegetais têm posto o seu modo de viver e ser em condições sub-humanas. Ailton Krenak diz:

O Brasil não existia, o Brasil é uma invenção. A invenção do Brasil, ela nasce exatamente da invasão. Inicialmente feita pelos portugueses, depois continuada pelos holandeses e depois continuada franceses, num modo sem parar onde as invasões nunca tiveram fim, as invasões nunca tiveram fim, nós estamos sendo invadidos agora, ... (Guerras do Brasil, 2019).

Assim posto, conclui-se que os povos indígenas estão em constante luta pelo reconhecimento da sua humanidade, em constante luta pelo direito à vida e pelas gerações futuras, em constante luta para manter a sua língua mãe e seus territórios. Estiveram no início da conquista como agentes históricos, fazendo suas escolhas, travando negociações com os diferentes invasores de suas terras, e continuam resistindo para continuar existindo como povo cultural e etnicamente diferente, diante das

ações dos grileiros de terras e de fazendeiros, que se apropriam das riquezas vegetais e minerais dos seus territórios. O coletivo denominado indígenas tem uma realidade a ser vivida diariamente, a resistência. Continuam trabalhando noite e dia para manter os direitos constitucionais defendidos historicamente pelas vozes indígenas e mais ativistas em 1988.

### REFERÊNCIAS OFICIAIS DA CONQUISTA

AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Org.). *Anais de Vila Bela: 1734-1789*. Cuiabá: Carlini e Carniato Editorial; EdUFMT, 2006. (Coleção Documentos Preciosos).

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a sua Majestade, D. José I. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 30 de janeiro de 1754. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências)**. Cuiabá: EdUFMT, 1982, v. 1.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para Diogo Mendonça Côrte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de julho de 1756. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências)**. Cuiabá: EdUFMT, 1982, v. 2.

CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 de dezembro de 1758. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências)**. Cuiabá: EdUFMT, 1982, v. 3.

CÓPIA da Carta de Antônio Rolim de Moura para Thomé Joaquim da Costa Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 27 de março de 1759. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. **Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos**. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 240, [f. 151v-153].

**Directório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Magestade não mandar o contrario**. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1758.

**INSTRUÇÃO REAL enviada pela rainha de Portugal ao Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura**. Lisboa, 19 de janeiro de 1749. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Pasta 23, n. 1391.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: UnB, 1997.

ASHANINKA: semeadores da floresta. 2023. Vídeo (51min47s). Documentário Jornalismo TV Cultura. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=4FASeSES\\_A0](https://www.youtube.com/watch?v=4FASeSES_A0). Acesso em: 16 ago. 2023.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco**: estudo antropológico de Vila Bela. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BLAU, Alessandra Resende Dias. **O “ouro vermelho” e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso: 1752-1798**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

BOCA-LIVRE no Sararé. 2012. Vídeo (27min23s). Maurizio Longobardi. Disponível em: <https://youtu.be/XtgKA9YFD-c>. Acesso em: 16 ago. 2023.

CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

CANOVA, Loiva. **Antonio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia Portuguesa na América (1751-1764)**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CANOVA, Loiva. A missão de Santana no governo de Antonio Rolim de Moura. **Revista Ultramares**, Maceió, v. 1, n. 1, 2012.

CAPOZZOLI, Ulisses. Cintas-largas, garimpeiros e o Massacre do Paralelo 11. **Observatório da Imprensa**, ed. 273, 20 abr. 2004. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/ciencia/cintaslargas-garimpeiros-e-o-massacre-do-paralelo-11/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

CARVALHO, André; AHOUAGI, Eliana. **Os índios do Brasil**. Belo Horizonte: Lê, 1987.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CINTRA, Caroline. Violência contra indígenas: 2021 teve maior número de casos em 9 anos, diz Cimi. **G1**, 17 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/08/17/violencia-contra-indigenas-2021-teve-maior-numero-de-casos-em-9-anos-diz-cimi.ghtml>. Acesso em: 16 ago. 2023.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FÁVARO, Thaís. “Agrotóxicos: MT é campeão em câncer e má formação”, alerta Wanderlei Pignati. **Abrasco**, Rio de Janeiro, 5 jun. 2019. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/opinio/agrotoxicos-mt-e-campeao-em-cancer-infantjuvenil-e-ma-formacao-fetal-alerta-wanderlei-pignati/41596/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

FERREIRA, Débora dos Santos. **“Eu general do mato já não estranho viver a sertanista”**: a trajetória de d. António Rolim de Moura na Capitania de Mato Grosso através e suas cartas (1751-1764). 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

Guerras do Brasil. Ep. 1: As guerras da conquista. 2019. Vídeo (28min38s). MPA Brasil. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1C7eQB16\\_pk&t=237s](https://www.youtube.com/watch?v=1C7eQB16_pk&t=237s). Acesso em: 16 ago. 2023.

JUSTIÇA de SP impede o metrô de mudar nome de estação de Paulo Freire para Fernão Dias. **Carta Capital**, 26 maio 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/justica-de-sp-impede-o-metro-de-mudar-nome-de-estacao-de-paulo-freire-para-fernao-dias/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. Companhia das Letras, 2020b.

LUCIDIO, João Antônio Botelho. **A Vila Bela e a ocupação portuguesa do Guaporé no século XVIII**. Cuiabá: Governo de Mato Grosso, 2004. (Projeto Fronteira Ocidental Arqueologia e História: Vila Bela da Santíssima Trindade, MT. Relatório final, fase 2).

MAIS de 100 milhões de abelhas são mortas em MT devido aplicação errada de agrotóxico. *Jornal Hoje*, Cuiabá, 19 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/07/19/cerca-de-600-colmeias-sao-intoxicadas-em-mt-apos-aplicacao-errada-de-agrotoxico.ghtml>. Acesso em: 16 ago. 2023.

MEIRELES, Denise Maldí. **Guardiães da fronteira: rio Guaporé, século XVIII**. Petrópolis: Vozes, 1989.

MOURA, Carlos Francisco. **Dom Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja: biografia**. Cuiabá, UFMT – Imprensa Universitária, 1982. Coleção Documentos Ibéricos, série: Capitães - Gerais, 1.

PAIVA, Ana Mesquita Martins de. **A ocupação da fronteira oeste da colônia**, no período de Antônio Rolim de Moura. 39 f. Monografia (Curso de Especialização: Mato Grosso: História e Historiografia) – Universidade Federal de Mato Grosso, 1982.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PIGNATI, Wanderlei Antonio; CORRÊA, Marcia Leopoldina Montanari; LEÃO, Luís Henrique da Costa; PIGNATI, Marta Gislene, MACHADO, Jorge Mesquita Huet (Organizadores). **Desastres sócio-sanitários-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil**. 1. ed, São Paulo: Outras Expressões, 2021.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: [https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf). Acesso em: 17 ago. 2023.

Rompimento de barragens em Mariana: povo indígena Krenak chora pela morte do Rio Doce. 2015. Vídeo (7min41s). Josimar Salum. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4w7amaRR5Ic>. Acesso em: 16 ago. 2023.

ROSA, Carlos Alberto. Apostila 3: **História e historiografia de Mato Grosso**. Disciplina “História e historiografia de Mato Grosso”, ministrada pelo professor Dr. Carlos Alberto Rosa, aula de 21 de maio de 2001. Mimeografado.

SÁ, José Barbosa de. **Relação das povoações de Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos**. Cuiabá: Editora UFMT/Secretaria de Educação e Cultura, 1975.

SILVA, Jovam Vilela da. **Mistura de cores: política de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso – Século XVIII**. Cuiabá: UFMT, 1995.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOB BOLSONARO, mortes de yanomami por desnutrição cresceram 331%. **BBC News**, São Paulo, 17 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/post/2023/02/17/sob-bolsonaro-mortes-de-yanomami-por-desnutricao-cresceram-331.ghtml>. Acesso em: 16 ago. 2023.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil, 1719- 1819**. São Paulo: HUCITEC, Brasília, DF: INL, 1987.